

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de abril de 2019 às 07h35
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

Mais de 4,2 mil mídias piratas são apreendidas durante operação da Polícia Militar	3
--	---

Abipti | BR

Propriedade Intelectual

ICTs têm até 31 de maio para informar sobre política de propriedade intelectual	4
---	---

Correio do Estado | MS

19 de abril de 2019 | Propriedade Intelectual

A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento	5
---	---

Mundo do Marketing | BR

17 de abril de 2019 | Pirataria

Proteção online de Marcas	6
---------------------------------	---

Mais de 4,2 mil mídias piratas são apreendidas durante operação da Polícia Militar

Polícia Militar/Divulgação



Mídias piratas foram apreendidas, em Caiuá

letim de Violação de **Direito** Autoral. Ele foi liberado, mas as mídias permaneceram apreendidas.

Ocorrência sobre Violação de **Direito** Autoral foi registrada em Caiuá, na madrugada desta quinta-feira (18).

A Polícia Militar apreendeu, na madrugada desta quinta-feira (18), mais de 4,2 mil mídias piratas. A ocorrência foi registrada em Caiuá.

Durante a realização da Operação "Rodovia Mais Segura", por volta das 2h, policiais patrulhavam pela vicinal que liga Caiuá a Presidente Epitácio e abordaram um automóvel.

Ao realizarem busca veicular, os militares encontraram no porta-malas 3.804 DVDs e 425 CDs, totalizando 4.229 mídias.

Com os fatos, o condutor do veículo foi levado à Delegacia da Polícia Civil, onde foi confeccionado o bo-

ICTs têm até 31 de maio para informar sobre política de propriedade intelectual



Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil (ICTs) têm até 31 de maio para preencher o formulário com informações sobre as políticas de **propriedade** intelectual adotadas no exercício de 2018. As ICTs públicas e as ICTs privadas beneficiadas pelo poder público deverão prestar as informações, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.243/2016 na **Lei** de Inovação. O formulário pode ser acessado na página <http://formict.mctic.gov.br>

O recibo de preenchimento do formulário pode ser adotado como requisito para participação em chamadas públicas e editais destinados ao apoio à **inovação** tecnológica.

São considerados ICTs órgãos e entidades da administração pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que incluam em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

As ICTs devem também estar legalmente constituídas sob as leis brasileiras, com sede e foro no país.

Embora não exista obrigatoriedade na lei para que as ICT privadas não beneficiadas pelo poder público apresentem informações, o cadastro voluntário por essas instituições integrará a base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e fará parte do relatório anual.

Dúvidas podem ser enviadas para o MCTIC pelo endereço eletrônico formict@mctic.gov.br ou pelos telefones (61) 2033-7809 e (61) 2033-8587.

O post ICTs têm até 31 de maio para informar sobre política de propriedade intelectual apareceu primeiro em ABIPTI.

A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento

ROBERTO SANT'ANNA Advogado

O respeito aos direitos de propriedade intelectual tem importância crucial para o desenvolvimento de diversos setores da economia. Tanto é assim que, em 1994, foi assinado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips, em inglês), do qual o Brasil é signatário, no nascedouro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No agronegócio, não poderia ser diferente, especialmente quando falamos em manter a produção de alimentos, fibras e energia inovadora e produtiva. A proteção à propriedade intelectual é fundamental.

No caso dos defensivos agrícolas, o processo de pesquisa e desenvolvimento para um novo produto poder ser utilizado nos campos brasileiros pode durar

até 18 anos. Durante a fase inicial da pesquisa, que leva em média dois anos, as empresas investem cerca de US\$ 107 milhões para explorar 160 mil moléculas com potencial para se transformar num novo produto; na sequência, são realizados testes que garantem a eficácia e a segurança dessas novas descobertas, o que pode levar mais oito anos e US\$ 146 milhões para a conclusão. No fim, apenas uma dessas 160 mil moléculas iniciais chegam ao processo de registro, com custos de US\$ 33 milhões. Essa etapa, no Brasil, depende dos órgãos competentes (Mapa, Anvisa e Ibama) e pode demorar mais oito anos para ser concluída, enquanto no mundo o tempo de registro é de em média dois anos.

Esses números são bastante

expressivos e devem ser levados em consideração quando falamos de respeito aos direitos à propriedade intelectual, para que os esforços realizados possam ser dimensionados com exatidão, além de incentivar um ambiente propício à pesquisa e inovação, o que é fundamental para um país que busca um futuro mais receptivo a novas soluções e tecnologias.

Também é preciso ressaltar a importância da garantia da proteção de dados, necessária para respaldar a segurança no envio de dossiês por meios eletrônicos, no momento da solicitação do registro aos órgãos responsáveis - Mapa, Ibama e Anvisa. Os ambientes digitais são ágeis, mas é preciso garantir que sejam suficientemente seguros para a circulação de documentos

protegidos e confidenciais.

Assim, defendemos um trabalho que implemente uma política de segurança das informações apresentadas e custodiadas pelo governo, sem interferir no direito ao acesso à informação, tão característico de uma democracia. Por isso, é crucial que o ambiente de proteção à pesquisa seja aprimorado, com recursos que garantam maior segurança no ambiente digital, evitando a concorrência desleal e, consequentemente, assegurando e incentivando a continuidade dos investimentos de recursos à inovação.

É o que se espera de um país que pretende ser membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Proteção online de Marcas

Se por um lado, o ambiente digital encurtou distâncias e revolucionou a forma de alcançar consumidores, por outro, facilitou a atuação dos infratores e mal-intencionados

Em tempos de youtubers, digital influencers, mídias sociais e plataformas digitais, a presença de uma marca em ambiente digital alcançou relevância crucial para os negócios e a boa fama da própria marca e seus respectivos titulares.

Se por um lado, o ambiente digital encurtou distâncias, revolucionou a forma de comunicação e de alcançar consumidores, trazendo novas oportunidades de negócio; por outro, facilitou a atuação dos infratores e mal-intencionados.

Os exemplos de uso indevido online de marcas são diversos: websites desenvolvidos com o intuito de aplicar golpes, em funcionamento sob um nome de domínio registrado contendo marca alheia; compra de termos de pesquisa para prática de concorrência desleal ou disputa por tráfego; uso não autorizado de marcas famosas para prática de associação indevida e **pirataria**, dentre outras ameaças.

O impacto financeiro trazido às sociedades empresariais pelo uso desautorizado de marcas no ambiente digital é substancial, resultando em perda de receita, aumento dos custos de atendimento ao cliente e exposição à responsabilidade legal por negligenciar e permitir que terceiros utilizem suas marcas para fraudar consumidores e outras más práticas.

Assim, as sociedades empresariais precisam estar cada vez mais atentas para o fato de que, no ambiente digital, a proteção desse investimento exige uma

abordagem proativa e estratégica.

É exatamente neste cenário que os chamados serviços de Online Brand Protection têm se mostrado de suma importância para o gerenciamento estratégico de proteção da marca no mundo digital, prevenindo o uso indevido da marca por terceiros e o consequente abalo da reputação e confiança do cliente que o uso desautorizado do sinal em questão certamente acarretaria.

Tais serviços se propõem a fazer a gestão estratégica de todos os aspectos da proteção online de uma marca, desde o registro e auditoria de nomes de domínio, monitoramento da presença da marca online, adoção de medidas extrajudiciais para a proteção da marca e, quando necessário, medidas judiciais.

Com as ferramentas certas, os serviços de proteção de marca no ambiente digital surgem como uma alternativa para mitigar todas as formas de abuso de marca nos canais digitais, proporcionando aos titulares de marca a possibilidade de reforçar de forma consistente seus direitos de marca on-line.

Proteção online

Marca

Youtubers

Branding

Digital

Influenciadores

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 5

Propriedade Intelectual

4, 5

Inovação

4

Marco regulatório | Anvisa

5

Pirataria

6